



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1004228-30.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisionais - Inclusão de Dependente**
 Requerente: **MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Requerido: **DANIEL ZOPI**

-Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de pedido de **INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA**

Às fls. 51, ofício da Clínica Renovare informando sobre a alta hospitalar do requerido.

Manifestação do Ministério Público, ora autor, pela extinção (fls. 56)

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Ressalvado o entendimento deste Juízo em relação à competência para processamento das ações de internação compulsória em que se visa compelir o Estado a providenciar o tratamento, por economia processual, é o caso de procedência do pedido.

A efetivação da internação compulsória, com a posterior alta hospitalar do(a) requerido(a), comprova, por si só, a necessidade da medida e evidencia que o processo atingiu seu objetivo.

Por isso, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **EXTINTA** a ação, com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Por cautela, **REVOGO** a decisão de internação compulsória de fls. 28, ressaltando-se que a alta médica compete ao médico responsável.

Sem custas, em razão da ausência de litígio.

Oportunamente, ao arquivo.

P.R.I.C.

São Carlos, 09 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**